



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

RELATÓRIO DE RESULTADOS DE ATIVIDADES DE AUDITORIA, INSPEÇÃO ADMINISTRATIVA E FISCALIZAÇÃO

EXERCÍCIO DE 2019



SÃO PAULO

JANEIRO DE 2020



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

**RELATÓRIO DE RESULTADOS DAS ATIVIDADES DE AUDITORIA, INSPEÇÃO
ADMINISTRATIVA E FISCALIZAÇÃO¹
EXERCÍCIO DE 2019**

O presente relatório apresenta uma síntese de resultados relativos aos trabalhos e às atividades que foram desenvolvidas, no exercício de 2019, pela Secretaria de Controle Interno, para que seja disponibilizado no portal institucional, em cumprimento às obrigações de transparência reforçadas pelo Acórdão TCU nº 1382/2018 - Plenário.

I - Auditorias

1. Auditoria Coordenada pelo CNJ de avaliação contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional (item 6 do Plano Anual de Auditoria de 2019, PROAD nº 28498/2019).

Objetivos / Itens avaliados	Avaliar os controles acerca dos registros contábeis, financeiros, orçamentários, patrimoniais e operacionais.
Resultados obtidos	Após os procedimentos de auditoria, foi possível afirmar que os controles sobre acompanhamento orçamentário e financeiro, planejamento, gerenciamento, execução e gestão contábil são considerados em estágio satisfatório neste Regional.

2. Auditoria Coordenada pelo CNJ de avaliação da gestão documental (item nº 7 do Plano Anual de Auditoria de 2019, PROAD nº 57327/2019).

Objetivos / Itens avaliados	Avaliar a criação, a manutenção, a utilização e os prazos de conservação, e ações correlatas, dos acervos documentais administrativos e processos judiciais.
Resultados obtidos	Pode-se afirmar que os controles implementados pelo TRT-2 na gestão documental são considerados satisfatórios. Adicionalmente, foram identificadas oportunidades de melhoria no mapeamento dos processos e na classificação dos ativos de informação.

¹ BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 171, de 1º de março de 2013**. Dispõe sobre as normas técnicas de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização nas unidades jurisdicionais vinculadas ao Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1680>>. Acesso em: 3 jan. 2020.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

3. Auditoria do Programa "Trabalho Seguro" e "Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem" (item nº 8 do Plano Anual de Auditoria de 2019, PROAD nº 26173/2019).

Objetivos / Itens avaliados	Avaliar os controles das unidades relativos à destinação de recursos aos Programas "Trabalho Seguro" e "Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem".
Resultados obtidos	Foram apresentadas oportunidades de melhoria, a fim de reforçar os controles das unidades atendidas e contribuir com a gestão dos recursos sob responsabilidade dos Gestores Regionais dos Programas "Trabalho Seguro e Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem", no âmbito deste Tribunal. As recomendações abordaram questões relativas à disponibilização das atas de reunião do grupo de trabalho do Programa "Trabalho Seguro" na página do Tribunal, à avaliação da oportunidade e conveniência de indicação de uma unidade para auxílio aos gestores regionais do Programa "Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem" e aos estudos de viabilidade de incorporação do processo de diárias no PROAD.

4. Auditoria de governança e boas práticas de gestão quanto ao atendimento das diretrizes formuladas pelo CNJ - Resoluções CNJ 182/2013 e 211/2015 com ênfase nos custos do parque de impressão (item nº 9 do Plano Anual de Auditoria de 2019, PROAD nº 32689/2019).

Objetivos / Itens avaliados	Avaliar a observância de comandos normativos do CNJ e CSJT. Avaliar os controles e custos em TI com ênfase no parque de impressão. Avaliar a eficácia dos controles da governança e da gestão de TIC. Identificar controles e boas práticas que favoreçam a economicidade, gestão de riscos críticos, gestão de contratos e a qualidade dos gastos.
Resultados obtidos	Por meio desta auditoria, detectaram-se oportunidades de melhoria na gestão dos serviços de impressão. Nesse contexto, recomendaram-se estudos para o acompanhamento das impressões e da execução dos atuais contratos de aquisição de impressoras objetivando a redução do parque de impressoras no TRT-2, além da criação de projetos-piloto de ilhas de impressão.

5. Auditoria sobre os controles de concessão de aposentadorias (item nº 10 do Plano Anual de Auditoria de 2019, PROAD nº 1567/2019).

Objetivos / Itens avaliados	Avaliar os controles de cálculo e instrução processual de concessão de aposentadorias, especialmente pertinentes ao cálculo de médias.
Resultados obtidos	As oportunidades de fortalecimento de atividades de controle apresentadas neste trabalho visaram à redução de risco operacional associado à concessão de aposentadoria e pensão. Em decorrência, foram expedidas recomendações para que fosse avaliada a sistematização interna (normatização interna, instrução processual e sistemas de informação) dos processos de aposentadoria e pensão.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

6. Auditoria de avaliação da produção de software com ênfase na área judicial (item nº 11 do Plano Anual de Auditoria de 2019, PROAD nº 45663/2019).

Objetivos / Itens avaliados	Avaliar os controles sobre o processo de produção de software. Avaliar a eficácia dos controles da governança e da gestão de TIC. Identificar controles que favoreçam a economicidade, gestão de riscos críticos, gestão de contratos e a qualidade dos gastos.
Resultados obtidos	Após análise feita pela auditoria, foi recomendada a necessidade de definição de indicadores de resultados para o processo de desenvolvimento de software; e o estabelecimento de um manual ou guia para a contagem funcional de pontos de função, de maneira a instituir padrão para mensurar os esforços para atendimento das demandas de software.

7. Auditoria sobre a implantação e a gestão de custos (item nº 12 do Plano Anual de Auditoria de 2019, PROAD nº 48201/2019).

Objetivos / Itens avaliados	Avaliar os controles e procedimentos sobre a gestão de custos. Identificar controles que favoreçam a economicidade e a qualidade dos gastos.
Resultados obtidos	Considerando o entendimento da Administração de que, no estágio atual, a continuidade da implantação do sistema de custos depende de ações externas, não foram identificadas inconformidades no processo. Recomendou-se, entretanto, que a unidade responsável exerça constante monitoramento junto aos órgãos superiores a fim de que os possíveis avanços sejam prontamente identificados e avaliados para eventual implantação no âmbito deste Tribunal.

8. Auditoria sobre o benefício auxílio-transporte (item nº 13 do Plano Anual de Auditoria de 2019, PROAD 45392/2018).

Objetivos / Itens avaliados	Avaliar os controles relativos à concessão e pagamento de auxílio-transporte aos servidores do Tribunal. Identificar controles que favoreçam a economicidade e a qualidade dos gastos.
Resultados obtidos	Nesta auditoria foram apresentadas recomendações como a ampliação dos procedimentos de conciliação entre os registros dos beneficiários do auxílio-transporte e os dos servidores detentores de vagas de garagem, e o estudo de impacto nas despesas totais do auxílio-transporte em caso de limitação da concessão do benefício aos servidores residentes na 2ª Região.

9. Auditoria de Projetos e Riscos de Infraestrutura - medição (item 14 do Plano Anual de Auditoria de 2019, PROAD 48180/2019).

Objetivo / Itens avaliados	Avaliar a eficácia dos controles sobre a gestão de obras e imóveis.
Resultados obtidos	Foram identificadas oportunidades de melhoria na gestão dos contratos de manutenção de imóveis. Recomendou-se, então, à unidade auditada, avaliar a oportunidade e conveniência de aperfeiçoar o sistema de acompanhamento através da implantação de indicadores de desempenho de gestão de imóveis, bem como a estruturação de mapeamento dos riscos relativos a essa atividade.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

10. Auditoria sobre contabilidade financeira - ativo permanente (item 15 do Plano Anual de Auditoria de 2019, PROAD 38702/2019).

Objetivo / Itens avaliados	Analisar controles e procedimentos sobre reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos permanentes. Identificar controles que favoreçam a economicidade e a qualidade dos gastos.
Resultados obtidos	O trabalho de auditoria constatou oportunidades de melhoria em práticas de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos imobilizados e intangíveis do Tribunal. Em síntese, as recomendações abordaram questões relativas à instrução processual, ao respaldo documental, e à realização de conciliação dos registros patrimoniais com correspondentes lançamentos contábeis dos ativos permanentes, por meio da realização de inventários periódicos.

11. Auditoria sobre contabilidade financeira - passivos de pessoal (item 17 do Plano Anual de Auditoria de 2019, PROAD 26175/2019).

Objetivo / Itens avaliados	Analisar controles e procedimentos sobre reconhecimento, mensuração e evidenciação de passivos de pessoal.
Resultados obtidos	As recomendações trataram de questões relativas à atualização dos saldos de passivos, fundamentação jurídica dos fatos geradores e implementação de melhorias na divulgação de demonstrações contábeis e notas explicativas, com segregação detalhada de passivos de pessoal, acompanhados de análise horizontal e vertical, bem como sua disponibilização em formato editável, de forma a facilitar o controle social.

12. Auditoria de controles sobre consumo continuado - energia elétrica, segurança, logística, água, esgoto, serviços postais da ECT e ajustes com a Imprensa Nacional. (Item 19 do Plano Anual de Auditoria de 2019, PROAD 42199/2019).

Objetivo / Itens avaliados	Analisar controles e procedimentos sobre fiscalização dos contratos. Identificar controles que favoreçam a economicidade e a qualidade dos gastos.
Resultados obtidos	A análise dos processos de consumo continuado evidenciou oportunidades de melhoria no fortalecimento dos controles de fiscalização dos contratos, bem como adoção de ações para a redução do consumo e das despesas com energia elétrica e com água e esgoto.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

II – Inspeções Administrativas

1. Inspeção em controles e operações de material e patrimônio² - continuação (Item 16 do Plano Anual de Auditoria de 2019, PROAD 51570/2018).

Objetivo / Itens avaliados	Analisar e avaliar os controles internos administrativos sobre a gestão de Material e Patrimônio. Identificar controles que favoreçam a economicidade e a qualidade dos gastos.
Resultados obtidos	Finalizados os procedimentos desta inspeção, foram expedidas recomendações a fim de tratar as não conformidades e vulnerabilidades como a necessidade de fortalecimento dos controles e atualização da normatização, visando ao aperfeiçoamento de premissas de aquisição, estocagem e distribuição de materiais de consumo e de natureza permanente; necessidade de avaliação do modelo atual de gestão do almoxarifado; necessidade de melhorias no processo de desfazimento de bens; dentre outras recomendações.

III – Fiscalizações e Relatório de Auditoria de Gestão

Em 2019, não foram emitidos relatórios referentes a fiscalizações e a auditorias de gestão.

Responsável pelas informações: Secretaria de Controle Interno.

São Paulo, 10 de janeiro de 2020.

Periodicidade: anual.

² Iniciada em 10 de outubro de 2018 e finalizada em 31 de janeiro de 2019.